

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

01
Dez
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



FACHADA DO TJ-ES: Associação de Magistrados afirma que aumento de vencimentos pode incluir soma de benefícios, como o 13º e o auxílio-alimentação

NO ESTADO

CNJ diz que 107 magistrados receberam acima do teto

Dados mostram que salários de novembro, acima do vencimento de um ministro do STF, de R\$ 33,7 mil, vão de R\$ 34 mil a R\$ 107 mil

Brunella França
Tiago Alencar

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem o salário, gratificações, verbas indenizatórias e todos os benefícios recebidos por juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). O documento revelou que 107 dos 464 magistrados capixabas, ativos e inativos, receberam acima do teto constitucional, que hoje é de R\$ 33,7 mil, o equivalente aos

rendimentos de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Os salários acima do teto variam de R\$ 34,1 mil a R\$ 107,8 mil. A média salarial dos juízes capixabas é de R\$ 32.084,85.

Os dados divulgados mostram ainda que até mesmo os juízes aposentados receberam além do limite permitido constitucionalmente. Foram 26 magistrados inativos que ultrapassaram o teto, com salários entre R\$ 38,9 mil e 874 mil.

Dos 344 magistrados na ativa, 64 aparecem como beneficiados por abono permanência – quando permanece na função mesmo após possuir condições de aposentadoria. Neste caso, os valores pagos variam de R\$ 3 mil a R\$ 7 mil.

Em relação ao auxílio-alimentação, 343 magistrados, entre juízes e desembargadores, recebem, mensalmente, R\$ 1.925,01, totali-

zando um gasto mensal de R\$ 660.278,43 aos cofres públicos.

Para o presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, é preciso levar em consideração que alguns dos magistrados que receberam valores muito elevados em novembro podem ter tido os vencimentos inflacionados por conta do 13º salário, que é pago na data de aniversário dos juízes, além de outras verbas pendentes.

“Esse aumento nos vencimentos dos magistrados pode acontecer por conta de diversos fatores. Geralmente, tem gente que recebe o 13º na data do aniversário, o que faz o salário dobrar”, informou.

Turibio disse, ainda, ser favorável à divulgação dos vencimentos dos magistrados pelo CNJ. “Tem de haver transparência mesmo. No entanto, isso não é uma novidade, já que o TJ divulga essas informações”, concluiu.

RAIO X DOS SALÁRIOS

Acima do teto

➤ DOS 464 MAGISTRADOS ativos e inativos do Judiciário capixaba, 107 receberam acima do teto de R\$ 33,7 mil em novembro.

➤ DESSES, 26 já são aposentados. A média salarial dos juízes é R\$ 32.084,85.

Benefícios

➤ ENTRE OS MAGISTRADOS da ativa, 343 recebem o auxílio-alimentação de R\$ 1.925,01. E 320 recebem o auxílio-moradia de R\$ 4.377,73.

➤ OS DADOS estão disponíveis no site www.cnj.jus.br/transparencia/remuneracao-dos-magistrados.

Desembargador ganhou mais de R\$ 107 mil em novembro

A tabela com remuneração dos magistrados capixabas, divulgada ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta que, nos vencimentos referentes ao mês de novembro, um desembargador recebeu R\$ 107.810,14.

Ao destrinchar o contracheque do magistrado, também disponibilizado pelo CNJ, é possível ver que, sem os benefícios e indenizações aos quais ele tem direito, o salário do togado está estimado em R\$ 30.471,11, dentro do que é permitido constitucionalmente.

No entanto, o magistrado recebeu, além de seu vencimento padrão, R\$ 6.703,64 em direitos pessoais; R\$ 7.262,59 em indenizações diversas, além de R\$ 63.372,80 também classificados como direitos pessoais. Já os valores descontados do salário do desembargador somam R\$ 27.519,27.

Ao todo, 320 têm direito ao auxílio-moradia no Judiciário

Destinado a magistrados que residem fora das comarcas onde atuam, o auxílio-moradia, cujo valor é fixado em R\$ 4.377,73, é pago a 320 juízes capixabas entre os 344 em atividade. O benefício não é pago a aposentados no Estado.

De acordo com os dados tornados públicos ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 193 dos magistrados respondem por varas da Grande Vitória ou atuam no próprio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Os custos para os cofres públicos com o auxílio-moradia chegam a R\$ 16.810.483,20 por ano.

Com esse valor, seria possível construir 177 casas populares no valor de R\$ 95 mil cada uma.

O presidente da Amages, Ezequiel Turibio, disse que o auxílio é pago por uma determinação do próprio Supremo Tribunal Federal (STF). “O TJ-ES só cumpre as determinações que vêm do STF. O auxílio-moradia é pago com permissão da Corte Suprema”, defendeu.

“Tenho uma maioria leal na Assembleia”



HARTUNG: “Pais atrapalha Estado”

A aprovação da Lei Orçamentária para 2018 pela Assembleia Legislativa foi comemorada pelo governador Paulo Hartung (PMDB). Questionado se houve pressa para aprová-la, o peemedebista discordou e creditou a vitória obtida à lealdade da base aliada com o projeto do governo.

“Isso expressa que nós temos uma maioria na Assembleia, leal ao projeto que nós estamos desenvolvendo no Espírito Santo e por isso é que foi aprovado”, disse Hartung, ontem, um dia após a As-

sembleia aprovar a peça orçamentária em poucos minutos.

“O Espírito Santo consegue fazer uma peça orçamentária realista. É tudo que o Brasil precisa. Se o governo central tivesse a condição, hoje, de fazer o que nós estamos fazendo aqui, a realidade do povo seria diferente”, relacionou.

“Nosso futuro está praticamente contratado. Por que praticamente? Porque nós dependemos do Brasil. O Brasil hoje é a única pedra que nós temos no caminho. Por isso nós precisamos remover essa pe-

dra, por isso que estou entrando com tanta força no debate nacional”, pontuou.

O presidente da Assembleia, deputado Erick Musso (PMDB), recebeu com alegria a fala do governador. Segundo o parlamentar, é dever do Legislativo atuar com harmonia pensando na sociedade.

As falas de Hartung foram concedidas no evento “Em Pratos Limpos – Cenários Econômicos: Oportunidades e Desafios para o Espírito Santo”, da Rede Tribuna, no qual fez o discurso de abertura.

Audifax vai a Brasília para apoiar Marina

Debater a conjuntura nacional para lançar a pré-candidatura de Marina Silva (Rede) à Presidência. Esse é o motivo da viagem do prefeito da Serra, Audifax Barcelos (Rede), a Brasília, amanhã.

Segundo ele, Marina representa a moral que o Brasil precisa. “A gente tem expectativa de lançar o nome dela”, disse, durante o “Em Pratos Limpos – Cenários Econômicos: Oportunidades e Desafios para o Espírito Santo”, da Rede Tribuna.

CNJ publica salário de magistrados com dados do TJMG, TJES e TRE-SP

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começa a publicar na área de Transparência deste Portal os dados relativos aos salários e benefícios dos magistrados brasileiros. Os primeiros tribunais a enviarem as informações conforme as determinações do CNJ foram o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Acesse aqui para visualizar a planilha de remuneração dos magistrados.

À medida que os tribunais enviarem suas informações, de acordo com o modelo unificado e padronizado pelo CNJ, os dados serão também publicados. As informações prestadas pelos tribunais estão de acordo com a Portaria n. 63, de 17 de agosto de 2017, assinada pela presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, para permitir maior transparência do Poder Judiciário.

A Portaria determina que os tribunais brasileiros enviem ao CNJ os dados de pagamentos efetuados aos magistrados para cumprimento da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Resolução n. 215, de 16 de dezembro de 2015. Para tanto, as cortes deveriam encaminhar, a partir de setembro, cópias das folhas de pagamento dos juízes, do período de janeiro a agosto de 2017, especificando os valores relativos a subsídio e eventuais verbas especiais de qualquer natureza, para divulgação ampla à cidadania.

Os tribunais iniciaram o envio dos dados, mas os critérios e a nomenclatura utilizados para o atendimento das informações divergiam entre eles. Para resolver a questão, o CNJ estabeleceu uma planilha-padrão única, com critérios específicos, para ser preenchida pelos tribunais. Esse modelo serviu de base para a criação de sistema, disponibilizado aos tribunais, para o envio dos dados padronizados.

Os dados prestados são considerados necessários para aperfeiçoar o cumprimento da Lei da Transparência.

INAUGURAÇÃO

Novo Fórum da Serra vai abrigar 18 Varas

Atual unidade, na Serra-Sede, passará por reforma e continuará em funcionamento

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redegazeta.com.br

Após muitos anos com a estrutura física insuficiente para comportar o fluxo de processos judiciais existentes, parte do Fórum da Serra passará a funcionar em um novo prédio, mais amplo, que será inaugurado hoje.

Das 26 Varas que estão no atual prédio, em Serra Sede, 18 irão para o novo, localizado no bairro São Geraldo. Irão para as novas instalações todas as

Varas da área cível, o que inclui as quatro Varas de Família, duas Varas da Fazenda Pública, a Vara da Infância e Juventude, a Vara de Órfãos e Sucessões, as seis Varas Cíveis e quatro Juizados Especiais Cíveis. No prédio antigo, permanecerão apenas as oito Varas Criminais.

Apesar da inauguração hoje, a transferência dos serviços para o novo local ainda será iniciada nas próximas semanas, durante o recesso do Judiciário. Segundo o diretor do Fórum da Serra, juiz Alexandre Farina Lopes, a previsão é que após o retorno, em 20 de janeiro, o



Imóvel alugado fica localizado no bairro São Geraldo

atendimento já possa ser todo feito no novo prédio. A partir da desocupação, as instalações de Serra Sede também vão passar por uma reforma.

"Havia a necessidade de mais espaço, pois o movimento de pessoas que procuram o fórum é enorme. Nos juizados, temos em média 1.200 ações propostas por mês. O atual prédio já tem 26 anos de construção, e foi planejado para abrigar nove Varas. Estava com 26. Ele tem acessibilidade limitada, apenas três elevadores", explica.

Ele destacou que o imóvel do novo Fórum Cível

tem dois prédios, com três pavimentos, e tem como vantagem estar localizado próximo ao Terminal de Carapina, o que facilita o acesso.

"A mudança também atende a determinações do CNJ para que haja uma situação digna de atendimento e melhor espaço físico para os servidores", afirmou Farina.

O prédio foi alugado pelo Tribunal de Justiça por um prazo de 5 anos, pelo valor de R\$ 157 mil mensais, que serão pagos com recursos da arrecadação própria do Judiciário, por meio do Fundo Especial do Poder Judiciário (Funepj).

Novo Fórum da Serra vai abrigar 18 varas

Atual fórum, em Serra Sede, vai passar por reforma e continuará a funcionar

Após muitos anos com a estrutura física insuficiente para comportar o fluxo de processos judiciais existentes, parte do Fórum da Serra passará a funcionar em um novo prédio, mais amplo, que será inaugurado nesta sexta-feira (1º).

Das 26 Varas que estão no atual prédio, em Serra Sede, 18 irão para o novo, localizado no bairro São Geraldo. Irão para as novas instalações todas as Varas da área cível, o que inclui as quatro Varas de Família, duas Varas da Fazenda Pública, a Vara da Infância e Juventude, a Vara de Órfãos e Sucessões, as seis Varas Cíveis e quatro Juizados Especiais Cíveis. No prédio antigo, permanecerão apenas as oito Varas Criminais.

Apesar da inauguração hoje, a transferência dos serviços para o novo local ainda será iniciada nas próximas semanas, durante o recesso do Judiciário. Segundo o diretor do Fórum da Serra, juiz Alexandre Farina Lopes, a previsão é que após o retorno, em 20 de janeiro, o atendimento já possa ser todo feito no novo prédio. A partir da desocupação, as instalações de Serra Sede também vão passar por uma reforma.

“Havia a necessidade de mais espaço, pois o movimento de pessoas que procuram o fórum é enorme. Nos juizados, temos em média 1.200 ações propostas por mês. O atual prédio já tem 26 anos de construção, e foi planejado para abrigar nove Varas. Estava com 26. Ele tem acessibilidade limitada, apenas três elevadores”, explica.

Ele destacou que o imóvel do novo Fórum Cível tem dois prédios, com três pavimentos, e tem como vantagem estar localizado próximo ao Terminal de Carapina, o que facilita o acesso.

“A mudança também atende a determinações do CNJ para que haja uma situação digna de atendimento e melhor espaço físico para os servidores”, afirmou Farina.

O prédio foi alugado pelo Tribunal de Justiça por um prazo de 5 anos, pelo valor de R\$ 157 mil mensais, que serão pagos com recursos da arrecadação própria do Judiciário, por meio do Fundo Especial do Poder Judiciário (Funepj).

Novo desembargador para pedido de liberdade

O pedido de habeas corpus do policial civil Hilário Antônio Fiorot Frasson, de 44 anos, acusado de ser um dos mandantes da morte da mulher, a médica Milena Gottardi, será redistribuído. O processo está na Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), onde o desembargador substituto Julio César Costa de Oliveira, declarou sua suspeição para julgar o pedido.

A informação foi passada em nota pela assessoria de comunicação do TJ-ES, na tarde de ontem. O motivo alegado pelo magistrado para declarar a suspeição não foi informado. O processo foi encaminhado para redistribuição.

Oliveira está substituindo o desembargador Fernando Zardini Antônio, que está de férias, na Segunda Câmara Criminal.

O habeas corpus foi cadastrado pela defesa de Hilário na última segunda-feira e o processo foi recebido no gabinete do desembargador substituto na quinta-feira.

Enquanto o pedido não é julgado, Hilário segue preso na Penitenciária de Segurança Média I (PS-ME I) em cela isolada dos demais

KADIDJA FERNANDES - 17/09/2017



HILÁRIO FRASSON está preso

presos, por decisão da Justiça.

Além de Hilário, outros cinco suspeitos do crime estão presos: o pai do policial, Esperidião Frasson, 71, acusado de ser um dos mandantes do crime; Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho, apontados como intermediários que contrataram Dionathas Alves Vieira, o executor; e Bruno Broetto Rodrigues, que conseguiu a moto usada no crime.

Pedido de habeas corpus de Hilário será redistribuído

Desembargador que faria a análise alegou suspeição

O pedido de habeas corpus do policial civil Hilário Frasson será redistribuído após o desembargador Júlio César Costa de Oliveira ter alegado suspeição. A solicitação foi feita pela defesa do policial na última segunda-feira (27) e o pedido foi recebido nesta quinta-feira (30) no gabinete do desembargador Fernando Zardini para análise.

Segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Zardini está de férias e a substituição dele tem sido feita pelo desembargador Júlio César Costa de Oliveira. Havia possibilidade de o pedido ser analisado ainda nesta quinta (30), mas Oliveira alegou suspeição.

Milena Gottardi foi baleada na cabeça no dia 14 de setembro, quando saía do trabalho, no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam). Após ser socorrida em estado gravíssimo e passar quase um dia internada, a médica teve a morte cerebral confirmada às 16h50 do dia 15 de setembro.

AHilário e o pai dele — Esperidião Frasson — são acusados pela Justiça de serem os mandantes do crime. Segundo as investigações, pai e filho utilizaram dois intermediários, Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho, amigos da família há mais de 30 anos, para ajudar no assassinato e contratar um matador.

Dionathas Alves Vieira, apontado pela polícia como executor, estava desempregado quando recebeu a proposta de R\$ 2 mil para matar a médica. Ele, por sua vez, encomendou ao cunhado, Bruno Rodrigues Broetto, o roubo de uma moto para usar no dia do crime.

Defesa de Hilário Frasson, acusado de mandar matar a médica Milena Gottardi, pede habeas corpus

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou, nesta quinta-feira (30), que o pedido foi recebido e está com o desembargador Júlio César Costa de Oliveira.

A defesa do policial Hilário Frasson, acusado de mandar matar esposa dele, a médica Milena Gottardi, pediu habeas corpus nesta segunda-feira (27). O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) informou, nesta quinta-feira (30), que o pedido foi recebido e está com o desembargador Júlio César Costa de Oliveira.

Segundo o processo, o pedido foi protocolado na segunda-feira (27) e distribuído para a 2ª Câmara Criminal. Na terça-feira (28), foi expedido um ofício solicitando informações à autoridade e, na quarta-feira (29), o pedido foi recebido no gabinete do desembargador Fernando Zardini Antonio.

Crime

A médica Milena Gottardi foi baleada na cabeça no dia 14 de setembro, quando saía do Hospital das Clínicas, em Vitória. A polícia disse que ela foi vítima de um crime de mando e os suspeitos são o ex-marido dela, Hilário Frasson, e pai dele, Esperidião Frasson, que foram presos junto com dois intermediários e um executor. Todos seguem presos.

Juiz suspende direitos políticos de deputada

Raquel Lessa foi condenada por improbidade em contrato de limpeza quando era prefeita de São Gabriel da Palha

Brunella França

A deputada estadual Raquel Lessa (SD) foi condenada em primeira instância, por improbidade administrativa, à perda de seus direitos políticos por 5 anos, multa no valor de três vezes sua remuneração à época em que era prefeita de São Gabriel da Palha, além de ter de devolver R\$ 86.295,30 aos cofres públicos.

Outras duas pessoas foram condenadas na ação e a empresa contratada para prestar serviços de limpeza na cidade.

Ainda cabe recurso da decisão e a deputada permanece no cargo até o trânsito em julgado. A denúncia é de autoria do Ministério Público Estadual (MP-ES) e se refere a contrato de 2007.

De acordo com a sentença, o contrato em questão era para prestação de serviços de limpeza no município por até um ano. Pelo contrato, 65 pessoas deveriam executar, diariamente, as ações designadas pela Secretaria de Obras do município. Mas, segundo a denúncia, a empresa não manteve a quantidade contratada de empregados e, mesmo assim, a prefeitura efetuou o pagamento integral de novembro de 2007 a março de 2008.

A peça narrou ainda a existência de pessoas contratadas que atuavam em funções distintas do que havia sido acordado e que isso seria de conhecimento da então prefeita, Raquel Lessa, e do titular da pasta de Obras.

“Essa prática causou prejuízo de



RAQUEL LESSA ficará no cargo até que todos os recursos sejam julgados

R\$ 86.295,30 ao erário municipal em menos de um ano de vigência do contrato”, diz a sentença.

Os embargos de declaração propostos pela defesa foram julgados improcedentes, no último dia 22, pelo juiz Paulo Gagno.

“A ré Raquel praticou ato de improbidade porque era conhecedora do cumprimento parcial e do desvio de finalidade quanto a alguns empregados da contratada e, ainda assim, ordenou os pagamentos”, escreveu o magistrado na sentença.

Além da deputada, foram condenados um ex-secretário de Obras do município, um empresário, o dono da empresa contratada e a própria empresa.

TATI BELING/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 15/05/2017

O OUTRO LADO

Defesa vai recorrer

O advogado de defesa da deputada Raquel Lessa (SD), Pedro Paulo Pisse, disse que entrará com recurso para reverter a sentença. A deputada permanece no cargo até se esgotarem os recursos.

“O mesmo fato foi submetido à área criminal, e a deputada foi absolvida por decisão monocrática e, depois, pelo Pleno do Tribunal de Justiça”, destacou.

Ele alegou ainda que todos os serviços contratados foram prestados pela empresa.

MATOU OS FILHOS**Justiça mantém prisão de Marcos Itiberê**

O comerciante Marcos Itiberê Castro Caiado, condenado pela prática de homicídios e ocultação de cadáveres dos próprios filhos, vai permanecer preso. A decisão é da juíza da 2ª Vara Criminal de Viana - Execuções Penais, Cristiana Lavínia Mayer. Ela negou a progressão de regime para que ele cumprisse o resto da pena fora da prisão. O comerciante foi condenado a 51 anos de reclusão e cumpre



ARQUIVO

Itiberê está em regime fechado desde 2000

pena em regime fechado desde o ano de 2000. Itiberê já tinha atingido o tempo de cumprimento de pena necessário para que a Justiça analisasse a progressão de regime. Diante disso, o Ministério Público Estadual solicitou um exame criminológico, aceito pela juíza responsável pelo caso, feito em julho deste ano. Após análise do resultado, a Justiça decidiu por mantê-lo preso. (Vilmara Fernandes)

Acusados pela morte de casal de namorados são absolvidos

Após dois dias de julgamento no Fórum de Guarapari, o tribunal do júri absolveu os acusados Valbert Ramos Pires, Carlos Henrique Vicente Macedo, Mateus Montenegro Jesus e Allan dos Santos Sana pelo assassinato do casal de namorados Lorraine Santiago Vieira e Fábio Kil ocorrido em abril de 2014, nas Três Praias.

Os quatro aguardavam presos pelo julgamento do crime, desde 2014. O julgamento começou na manhã de quarta-feira e terminou no final da tarde de ontem. Segundo o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), como o processo ainda tramita em segredo de Justiça, a sentença só será publicada hoje.

Familiares das vítimas e dos acusados estiveram na frente do Fórum, mas não puderam entrar.

“Nossas famílias ficaram destruídas. E o crime não pode ficar impune”, disse Sílvio Roberto Vieira, pai de Lorraine.

A mãe de Fábio, a doméstica Maria de Lurdes dos Santos Kil disse que só quer que os responsáveis paguem pelas mortes.

Justiça nega liberdade para Itiberê

O comerciante Marcos Itiberê, condenado pela prática de homicídios e ocultação de cadáveres dos filhos, vai permanecer preso. A decisão é da juíza da 2ª Vara Criminal de Viana, Cristiana Lavínia Mayer. Ela negou a progressão de regime para que ele cumprisse o resto da pena fora da prisão. O comerciante foi condenado a 51 anos de reclusão e cumpre pena em regime fechado desde 2000.

FOTO: TALS DE HOLLANDA

Justiça nega progressão de regime e Marcos Itiberê continuará preso

Comerciante é acusado de matar e esconder os corpos de seus dois filhos, em Vila Velha, em maio de 2000. Para juíza, ele não preenche os requisitos necessários para o avanço prisional

A Justiça negou a progressão de regime do comerciante Marcos Itiberê Rodrigues de Castro Caiado, acusado de matar e esconder os corpos de seus dois filhos, em Vila Velha, em maio de 2000. A decisão é da juíza da 2ª Vara Criminal de Viana – Execuções Penais, Cristiana Lavínia Mayer.

Como Itiberê atingiu o tempo de cumprimento de pena necessário para que a Justiça analise a progressão de regime, o Ministério Público Estadual (MPES) solicitou um exame criminológico, deferido pela juíza responsável pelo caso. No entanto, a magistrada, após receber o resultado, decidiu pela não progressão do regime do acusado, que cumpre pena em regime fechado.

O comerciante foi condenado a 51 anos de prisão e está preso desde 2000, pela prática de homicídios e ocultação de cadáveres, que tiveram como vítimas seus dois filhos - Gabriela e Marcos, que na época do crime tinham 8 e 9 anos, respectivamente. Itiberê também foi condenado pelo homicídio do ex-marido da sua esposa na época, crime ocorrido em 1999.

Decisão

Segundo a magistrada, para a concessão da progressão de regime, há necessidade do preenchimento de alguns requisitos, como: ter o sentenciado cumprido o tempo necessário da pena e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, podendo o magistrado determinar a realização de exame criminológico, diante das peculiaridades do caso. Foi o que ocorreu no caso de Itiberê.

De acordo com a decisão, o exame criminológico concluiu que o sentenciado não apresenta condições pessoais suficientes para o avanço prisional, tendo em vista que, segundo os laudos juntados nos autos, “o apenado possui personalidade imatura, em que se evidenciam poucas habilidades, sentimento de instabilidade, revelado certo nível de impulsividade, frieza e indiferença pela vida alheia, insegurança, descontrole emocional, exerce influência e liderança negativa perante a população carcerária, agindo de forma articuladora para atender seus interesses pessoais, de modo sorrateiro, sempre de forma anonimato, além de apresentar sintomas de transtorno bipolar”, diz a decisão.

Além disso, apesar de Itiberê relatar arrependimento, segundo o examinador “é notória a frieza, evidenciado o interesse em não se debruçar sobre a conduta praticada, prejudicando assim a reconsideração dos fatos”.

“Assim, resta demonstrada a necessidade de permanecer maior período no cárcere, visando absorver a terapia penal e revelar seu merecimento à progressão para regime mais brando”, concluiu a juíza, indeferindo a progressão do regime ao apenado, em razão da ausência de requisito subjetivo.

Crime

Em 2000, Marcos Itiberê confessou ter matado os próprios filhos com tiros na cabeça, em Vila Velha. Os corpos foram cobertos com colchões e colocados em um armário, concretado pelo assassino. Onze dias depois do crime, foram encontrados pelo pai dele. O crime teve grande repercussão na época.

Segundo os autos, em agosto de 2011, Itiberê fugiu do Instituto de Readaptação Social, nadando pela baía de Vitória, e se escondeu na ilha do meio por dois dias, até que foi novamente preso, “razão pela qual teve contra si reconhecida a prática de falta de natureza grave”, destacou a juíza do processo.

Mulher é indiciada por mote de caminhoneiro

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/11/15120766261324419663.html>

Mulher é indiciada por morte de caminhoneiro em Cariacica

O delegado pediu a prisão preventiva da acusada, que confessou o crime

A Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cariacica concluiu o inquérito que investiga a morte do caminhoneiro Paulo Lorenzoni da Silva, o Paulinho, de 49 anos. Schirley da Silva Correa, de 36 anos, vai ser indiciada pela morte do caminhoneiro.

O crime aconteceu no dia 22 de outubro, no bairro Vila Independência, em Cariacica. A vítima teve 20% do corpo queimado e acabou morrendo sete dias depois.

Com a conclusão do inquérito, o delegado responsável pelas investigações do caso pediu a prisão preventiva de Schirley. “Ela está sendo indiciada como autora de um homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil e cruel”, afirmou o delegado Marcelo Cavalcanti.

O delegado confirmou que a mulher se apresentou espontaneamente a polícia no dia 27 de outubro e confessou o crime. Segundo as investigações, momentos antes do crime, Paulo e Schirley tiveram um desentendimento. Eles estavam em um bar, quando Paulo deu um tapa no rosto de Schirley. Segundo a polícia, essa teria sido a motivação do crime.

“A própria autora compareceu na delegacia, confessou o crime, narrou que colocou fogo na vítima pelo fato de ter a agredido. Essa é uma agressão que não foi confirmada no inquérito policial”, disse o delegado.

Justiça suspende carteira de motorista que causou tragédia na BR 101

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/12/justica-suspende-carteira-de-motorista-que-causou-tragedia-na-br-101-1014109475.html